



A APROPRIAÇÃO DO LAZER PELAS MULHERES PARTICIPANTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC) EM GUANAMBI- BA

Keila Souza Pereira Oliveira
Universidade do Estado da Bahia (CAMPUS XII)

Nadson Santana Reis
Universidade do Estado da Bahia (CAMPUS XII)

Resumo: O estudo analisa a apropriação, pelas mulheres, dos equipamentos e espaços públicos de lazer no Programa Esporte e Lazer da Cidade em Guanambi-BA. Trata-se da produção do Trabalho de Iniciação Científica (IC) Edital 026/2018 da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) Campus XII. Tem por objetivo refletir sobre a apropriação e significação, por mulheres guanambienses, de serviços, equipamentos e espaços públicos de lazer como elementos imprescindíveis à inclusão social, enriquecimento cultural e desenvolvimento humano. Através de uma abordagem qualitativa a qual inclui pesquisa bibliográfica e de campo, foi elaborado um questionário semiestruturado e aplicado a 40 mulheres participantes do programa. Em seguida foi realizada uma entrevista com 9 dessas integrantes, possibilitando maior aproximação no que se refere ao objeto pesquisado. As análises apontaram para uma enorme relevância do programa na vida das mulheres que participam, no entanto, observa-se certa fragilidade relacionada a uma dupla/tripla jornada de trabalho que vem causando empobrecimento no tempo livre feminino, fator que direciona ainda para a necessidade da continuidade do debate sobre o tema, pois, tais situações refletem diretamente na qualificação e ampliação dos serviços e equipamentos públicos de esporte e lazer da região, bem como na necessidade imediata de se conhecer as particularidades e especificidades que, nesse contexto, marcam o esporte e o lazer enquanto objeto de políticas públicas.

Palavras-chave: Lazer. Mulher. PELC. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), especialmente na cidade de Guanambi-BA, representou o atendimento a uma demanda histórica por políticas públicas de lazer.

As políticas públicas, de modo geral, segundo Pereira (2009), correspondem às estratégias de ação elaboradas para o atendimento de determinadas demandas sociais, especialmente àquelas tratadas como direitos sociais. Entretanto, alerta a autora, as políticas públicas podem ser, também, não-ação intencional, visto que, sua consolidação perpassa por escolhas de governos em realizar ou não determinadas ações, políticas ou projetos.

Ao obter então um programa em que busca democratizar o acesso ao lazer, e porventura reparar tais questões, esta pesquisa traz apontamentos essenciais acerca da participação das mulheres no Programa Esporte e Lazer da cidade em Guanambi-BA. Tendo em vista que, o PELC – enquanto uma política pública de lazer – busca assegurar o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre o lazer a todos os cidadãos brasileiros através de atitudes educativas na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário (BRASIL, 2014). Isso porque, o lazer corresponde a um fenômeno moderno que se materializa como um tempo/espço de vivência lúdica e organização da cultura (MASCARENHAS, 2001).

Nesse sentido, este estudo justifica-se pela necessidade de ampliação de discussões referentes a apropriação, pelas mulheres, do lazer enquanto direito social, bem como pela inevitabilidade que se construa argumentos e respostas coerentes com a defesa do esporte e lazer como bens culturais e produtos sociais indispensáveis ao desenvolvimento cultural, social e político da comunidade baiana, mais especificamente no município de Guanambi-Bahia.

OBJETIVO

Este estudo buscou refletir sobre a apropriação e significação, por mulheres guanambienses, de serviços, equipamentos e espaços públicos de lazer como elementos imprescindíveis à inclusão social, enriquecimento cultural e desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

A pesquisa social, de natureza qualitativa, teve como campo de investigação dois subnúcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no município de Guanambi-BA – Alto Sertão Produtivo. Para a coleta dos dados, aplicou-se questionários e entrevistas semiestruturadas, com adesão voluntária – mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – com a pretensão de traçar o perfil socioeconômico, étnico-racial e cultural das participantes, bem como levantar informações sobre o tempo livre e a vivência do lazer, além de apreender as significação dos serviços, espaços e equipamentos de lazer. Os dados coletados foram analisados conforme a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



Os dados discutidos neste estudo, obtidos por meio da aplicação de um questionário e entrevistas semiestruturadas, apresentam análises acerca de questões étnico/raciais, sociais, econômicas e culturais, além da dupla jornada de trabalho, vivenciada pelas mulheres participantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), na cidade de Guanambi-BA.

Participaram deste estudo, 40 mulheres adultas com faixa etária que varia de 18 aos 59 anos de idade. No que diz respeito a raça/cor das participantes do programa, os dados apontam uma predominância de mulheres pardas e pretas nos dois subnúcleos pesquisados com um percentual que chega a 78% das participantes.

Por se tratar de um estudo realizado apenas com mulheres, buscou-se conhecer as opiniões destas, sobre situações específicas em que o fato de ser mulher pode, ou não, interferir. Tais questões se referiam tanto ao alcance de uma independência financeira, e continuidade dos estudos, até a vivência de momentos de lazer e atividade física/esportiva, bem como ao fato de ter filhos.

Os dados obtidos apontam que 45% das mulheres concordam com o fato de que ser mulher e ter filhos interfere no alcance de uma independência financeira. Esses resultados aumentam ao se tratar das questões referentes à continuidade dos estudos. Para 56% das participantes esse fator é um dificultador importante. Ao pontuar o quesito ter filhos, 58% afirmam que a dificuldade pode ser ainda maior.

Em relação a vivenciar momentos de lazer e ter uma rotina de atividade física, mais de 60% das participantes do programa afirmam que ser mulher e ter filhos pode interferir significativamente nestas situações.

No que diz respeito às questões pontuadas acima, observa-se dados bastante preocupantes e, embora isto esteja mudando conforme o tempo, ainda se encontra disparidades significantes em situações e vivências extremamente importantes tanto em aspectos econômicos quanto culturais e sociais.

O fato de estas mulheres serem predominantemente negras pode ser mais um elemento influenciador na dificuldade em conseguir emprego e/ou ser independente e ganhar seu próprio dinheiro, principalmente quando se tem filhos, pois como afirma Santos et al. (2017), é impossível negar que as mulheres tendem a inserir-se com menos intensidade e mais lentamente no mercado de trabalho com relação aos homens, isso ocorre tanto com as mulheres negras quanto para não negras. Todavia, sabe-se que a mulher negra, há décadas, vem sendo apontada como aquela que mais sofre com a precariedade no mercado de trabalho.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



No que diz respeito a renda individual mensal das participantes, os dados apontam para um baixo poder econômico, com 48% das quais possuem até um salário mínimo e 40% que declararam não possuir qualquer renda.

Apresentaram ainda, restrita formação escolar, com 56% tendo cursado apenas o Ensino Médio. Além de serem afetadas pelo desemprego (34% encontravam-se desempregadas quando da realização da pesquisa) ou em condições de subemprego, com relações informais e precárias de trabalho (43%).

Nesse sentido, estes dados corroboram com um estudo realizado por Santos et al. (2017), o qual aponta uma não valorização do trabalho feminino, fazendo com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com sua classe. Isso faz com que algumas mulheres fiquem condicionadas a não se organizar e nem participar politicamente das lutas da classe trabalhadora.

Casadas (63%) e com filhos (77%), tais mulheres são responsáveis – quase que exclusivamente – pelo trabalho doméstico e reprodutivo. O que, em sua avaliação, dificulta e obstaculiza o enriquecimento cultural e a apropriação do lazer que, não obstante, está restrita às atividades domésticas (assistir TV, ouvir músicas e/ou navegar na internet), religiosas e físico-esportivas que, não por acaso, está relacionada às atividades do PELC – daí sua relevância.

As participantes asseveram, ainda, a importância do PELC em suas vidas, a despeito de não tomá-lo como uma política pública, considerando, ademais, imprescindível a continuidade e qualificação dos equipamentos, dos espaços e dos serviços oferecidos.

A melhora na saúde e na qualidade de vida, bem como na convivência social motivam a participação e a permanência no programa, justificando, assim, a assiduidade e frequência das participantes pesquisadas. Todavia, a dupla/tripla jornada de trabalho e as relações patriarcais e machistas a que estão submetidas funcionam com barreiras importantes.

Portanto, considerando a fragilidade das condições de vida da maioria das mulheres participantes deste estudo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade surge também com a intenção de minimizar os efeitos da conjuntura apontada e, quem sabe, superá-la. Segundo Marcassa e Sousa (2007, p. 101), o PELC é um:

[...] possibilitador do acesso ao lazer e o esporte como direito, fortalecedor de grupos e movimentos populares, propiciador da propagação de novas práticas educativas e culturais, agente de ressignificação e qualificação de espaços públicos, criador de métodos de avaliação e gestão pública e, portanto, gerador de demanda pública pelo direito ao lazer e ao esporte.

Isso posto, Pintos (2017) aponta para a necessidade de refletir sobre a importância do esporte e do lazer para as cidades e para os cidadãos considerando-se o fortalecimento da cidadania e à promoção do sentimento de pertencimento da população com relação a estes direitos, em detrimento do distanciamento existente e da fragmentação entre a esfera pública e o universo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso às políticas de lazer, como é o caso do PELC, por mulheres do Alto Sertão Produtivo da Bahia, encontra-se, ainda hoje, mediado por obstáculos importantes. Desses, as relações patriarcais e machistas a que estão submetidas a maior parte das mulheres e, ademais, a extensa jornada de trabalho e suas condições dificultam a apropriação desse fenômeno sociocultural como um direito social do conjunto das mulheres guanambienses.

Nesse sentido, aponta-se a relevância do PELC enquanto uma política pública de esporte e Lazer, capaz de contribuir com reparos de tensões e fragilidades as quais são resistidas diariamente pelas participantes deste estudo, ao passo em que se percebem enquanto cidadãs livres e autônomas.

Desse modo, faz-se necessário salientar a necessidade da continuidade do debate sobre o tema, pois, tais situações refletem diretamente na qualificação e ampliação dos serviços e equipamentos públicos de esporte e lazer da região, bem como na necessidade imediata de se conhecer as particularidades e especificidades que, nesse contexto, marcam o esporte e o lazer enquanto objeto de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. **Programa Esporte e Lazer Da Cidade**, Brasília, 2014. Disponível em: &60;<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp&62>; Acesso em: 27 out, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Senado Federal: Brasília, 1988.



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



MARCASSA, L; SOUSA, W. L. L. Da Experiência Lúdica à Formação do Cidadão: Pressupostos Políticos e Pedagógicos do Esporte e Lazer da Cidade de Ipatinga. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão Pública e Política de Lazer. A Formação e Agentes Sociais**. Campinas, 2007.

MASCARENHAS, F. O lazer e o príncipe eletrônico. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, 2001.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I.; et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTOS, A. E. S. **Análise da experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**. Tese (Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2013.

SANTOS, M. S. et al. **Desigualdades de gênero: a mulher negra no mercado de trabalho**. VII Jornada Internacional de políticas públicas. Maranhão, 2017.